



Jornal do

FEDERAL

Jornal do Conselho Federal de Psicologia - Ano XVIII nº 81 - abril de 2005



Catástrofes e subjetividade: a contribuição da Psicologia

págs. 8 e 9

14 de abril é dia nacional de luta pela Educação Inclusiva. Participe!

DIRETORIA

Ana Mercês Bahia Bock
Presidente
Marcus Vinícius de Oliveira Silva
Vice-presidente
André Isnard Leonardi
Tesoureiro
Maria Christina Barbosa Veras
Secretária

CONSELHEIROS EFETIVOS

Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Adriana de Alencar Gomes Pinheiro
Ana Maria Pereira Lopes
Iolete Ribeiro da Silva
Nanci Soares de Carvalho

CONSELHEIROS SUPLENTE

Alexandra Ayach Anache
Andréa dos Santos Nascimento
Maria Teresa Castelo Branco
Monalisa Nascimento dos Santos Barros
Rodolfo Valentim Carvalho Nascimento
Giovani Cantarelli
Maria de Fátima Lobo Boschi
Odair Furtado
Rejane Maria Oliveira Cavalcanti

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Maria Luiza Moura Oliveira
Marta Helena Freitas
Regina Helena de Freitas Campos
Vera Lúcia Giraldez Canabrava

COMISSÃO EDITORIAL

Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Monalisa Nascimento dos Santos Barros
Vera Lúcia Giraldez Canabrava

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Patrícia Mendes RP 2945/DF.

REPORTAGEM

Anna Carolina Laurindo
ascom@pol.org.br

ESTAGIÁRIAS DE COMUNICAÇÃO

Esther Caldas
Natanry Dias

DIAGRAMAÇÃO

Ad People Comunicação

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

SRTVN 702 - Edf. Brasília Rádio Center,
sala 4024 A - Brasília, DF,
CEP 70.719-900
Tel.: (61) 4290100
www.pol.org.br

Esta é a primeira edição do **Jornal do Federal** editada pela nova Gestão à frente do Conselho Federal de Psicologia. Cabe, portanto, aqui, reafirmar intenções, as quais estiveram presentes na plataforma, no discurso de posse e no plano de trabalho. Intenções que se expressam claramente no objetivo geral que nos guia: contribuir para que a Psicologia, como ciência e profissão, possa estar presente no dia a dia da luta por um mundo melhor. Um mundo onde caibam todos os mundos. Um mundo de condições dignas de vida para todos; onde as diferenças não sejam fontes de desigualdade, mas sejam riquezas advindas da diversidade.

É com esta intenção que trabalharemos à frente do Conselho Federal de Psicologia e isso deverá se expressar em ações e lutas pela garantia dos Direitos Humanos em todas as frentes: antimanicomial, contra qualquer tipo de encarceramento, pela educação inclusiva, contra qualquer tipo de preconceito, enfim, faremos tudo o que for necessário para que a Psicologia esteja participando nestes campos de luta e trabalho.

Este projeto, eleito pela categoria, tem um outro lado: ele precisa contar com o apoio e a participação dos psicólogos. Só assim ele terá efeito e sentido. Colocar a Psicologia no campo de luta pelos Direitos Humanos significa estimular os psicólogos a colocarem sua atenção nas questões de nossa sociedade. E esse é um papel importante que queremos cumprir.

Os psicólogos, em seu trabalho, já necessitam posicionar-se em relação às questões de nossa sociedade. Conforme

nosso campo de trabalho amplia-se e nosso mercado também se estende, vai sendo necessário darmos conta de muitas questões e aspectos que se tornam presentes em nossa profissão. Envolvemo-nos, hoje, com penitenciárias, idosos, jovens e crianças em situações de risco, desemprego, desastres naturais, populações indígenas, situações de sofrimento gerado por preconceito e discriminação, mobilidade humana, conflitos de todo tipo, comunicação social, enfim, vamos ampliando nosso lugar social e também a quantidade de aspectos e questões que temos de dar conta no exercício profissional. Toda esta realidade profissional exige posicionamento dos psicólogos, que não estão cegos e insensíveis à realidade. Isto exige esforço, reflexão e posicionamento para além da competência técnica.

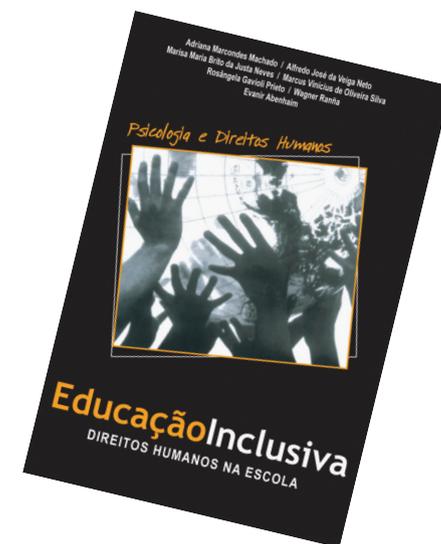
O Conselho Federal de Psicologia entende que contribuir para a qualidade do trabalho oferecido pelos psicólogos à sociedade brasileira exige cuidados técnicos com a profissão, demarcação do campo profissional e sensibilização da categoria para as questões sociais. São estas as frentes para a atuação da entidade. São estes os aspectos que, a nosso ver, garantirão um exercício ético da profissão de psicólogo.

Estamos a postos e de mangas arregaçadas para o trabalho. O ânimo que temos é nascido da certeza de que estaremos realizando um trabalho necessário e do fato de contarmos com milhares de braços (somos hoje quase 130 mil psicólogos) para fortalecer o lugar social da Psicologia no Brasil. Mãos à obra.

Sou professora, li o Jornal do Federal no ano passado e gostaria de obter maiores informações e material sobre a campanha de Educação Inclusiva. É possível?
Maria Aparecida de Menezes
Perdizes, São Paulo

Acompanhe todas as ações do Sistema Conselhos em prol da Educação Inclusiva no Brasil pelo www.pol.org.br

E, não se esqueça: dia 14 de abril é dia nacional de luta. Engaje-se!



A questão do sigilo e a ética na profissão

No campo da Psicologia, os avanços têm trazido vários desafios para a categoria dos psicólogos. Uma dessas questões, bastante atual e importante, é a que envolve o sigilo profissional.

O sigilo profissional é fundamental na prática do psicólogo. Em princípio, é inviolável e objetiva resguardar a vida privada do usuário dos serviços de Psicologia.

“Ética e sigilo profissional: entre o público e o privado” será tema de mesa redonda de debates no IV Congresso Nortenordeste de Psicologia, o IV Conpsi, em maio.

É também consensual a noção de que qualquer decisão profissional, que possa ser julgada na perspectiva da ética da profissão, é de competência e responsabilidade do profissional.

A existência de um código de ética da profissão permite que um conjunto de regras de conduta sejam utilizadas como referência para a prática profissional, ou seja, para a tomada de decisões no exercício da profissão; mas também permite que a

corporação avalie e julgue as práticas e as decisões tomadas. O código é ainda instrumento que pode ser utilizado pelos usuários dos serviços para conhecimento de seus direitos. Por isso, o sigilo profissional consta ali como uma regra ética.

O desenvolvimento da Psicologia e a ampliação de seu espaço social foram trazendo novas questões e a exigência de se reverem as regras ou de se construírem novas. Nesse contexto, o Código de Ética foi posto em debate.

Hoje, depois de um longo e amplo processo de debates, resta, para que se tenha um novo código de ética, definir a questão do sigilo: como deve constar o sigilo no código?! Há alguma situação em que se tolerará a “quebra do sigilo”?

Os conselhos de Psicologia, preocupados com a qualidade do avanço que se quer obter com o novo código e respondendo à importância dada à questão do sigilo pelos psicólogos e pela sociedade, decidiram adiar a decisão e desencadear debates, em todos os conselhos regionais e congressos nacionais de Psicologia, sobre o tema. Contar com a participação de profissionais da Filosofia, do Direito e de outras áreas do saber tornou-se uma exigência.

A questão do sigilo profissional traz para o debate aspectos que não são de simples soluções, e menos

ainda de simples formulação, como regras de conduta. A tensão que se instala em

“o profissional deve assumir a postura de defesa dos direitos e liberdades dos usuários, colocando-se na posição de membro da sociedade global”

situações limites que envolvem violência, riscos de vida, abuso contra crianças, por exemplo, entre o respeito incondicional à intimidade das pessoas e as exigências do bem estar coletivo tem sido vista como o eixo das discussões a serem travadas.

Fica claro que o debate exige que se incorporem aspectos extra-corporativos para se produzir a legitimidade institucional.

Em “Ética e Deontologia”, o professor Francisco das Chagas ressalta que “... o profissional deve assumir a postura de defesa dos direitos e liberdades dos usuários, colocando-se na posição de membro da sociedade global, de defensor da humanidade, sem deixar de ser honesto em relação à sua competência e responsabilidade profissional, e de ser leal a quem o contrata (...)”.

II Congresso de Avaliação Psicológica

O II Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica acontece nos próximos dias 17 a 20 de maio em Gramado, no Rio Grande do Sul.

Promovido pelo Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica - IBAP,

o evento contará com cursos, mesas redondas, conferências, pôsteres e diálogos sobre temas ligados à Avaliação Psicológica. No Congresso, algumas mesas serão conduzidas pelo CFP.

Para participar é necessário

preencher ficha de inscrição disponibilizada no www.ibapnet.org.br, campo “Congresso 2005”. A inscrição poderá ser feita até o dia 10 de maio. Após esta data, inscrições somente na abertura do evento.

Novo Plenário do CFP



O XIII Plenário do CFP, empossado em dezembro de 2004, realizou em janeiro sua primeira reunião

plenária, com a presença dos todos os novos conselheiros e diretoria. Na pauta, muitos projetos, novos desafios e muito trabalho.

Na primeira reunião do ano, começou-se a delinear novos coordenadores para projetos e comissões, além de se formarem novos Grupos de Trabalho. Na seqüência, em fevereiro, o Plenário

realizou o seu Planejamento Estratégico, onde foram definidas as prioridades desta Gestão, que reafirmam os compromissos firmados na plataforma de trabalho e no discurso de posse.

É meta do XIII Plenário a solidificação de uma Psicologia atuante, que contribua na construção de políticas públicas e no desenvolvimento social do país.

Nova Diretoria do CFP:

Ana Mercês Bahia Bock - presidente
 Marcus Vinícius de Oliveira - vice-presidente
 Maria Christina Barbosa Veras - secretária
 André Isnard Leonardi - tesoureiro

Conselheiros da nova Gestão:

Acácia Aparecida Angeli
 Adriana de Alencar
 Alexandra Ayach Anache
 Ana Maria Pereira Lopes
 Andréa dos Santos Nascimento
 Giovani Cantarelli
 Iolete Ribeiro da Silva
 Maria de Fátima Lobo Boschi
 Maria Luiza Moutra Oliveira
 Maria Teresa Castelo Branco
 Marta Helena Freitas
 Monalisa Nascimento Barros
 Nanci Soares de Carvalho
 Odair Furtado
 Regina Helena Campos
 Rejane Maria Oliveira Cavalcanti
 Rodolfo Valentim Nascimento
 Vera Lúcia Giraldez Canabrava

Planejamento Estratégico

A nova Gestão do CFP já realizou, no mês de fevereiro, seu Planejamento Estratégico, o 13º da história do Conselho. A necessidade de aquisição de novas competências, em um ambiente de grandes e profundas mudanças, faz com que, gestão após gestão, sejam revisados os parâmetros da entidade.

Neste planejamento, foram definidos quatro grandes desafios para o triênio: fortalecer a organização política da profissão; construir referências para a qualificação técnica dos profissionais; contribuir para a sistematização de uma Psicologia articulada à realidade brasileira; e referenciar o diálogo da profissão com os estados

brasileiros, para inserção da Psicologia nas políticas públicas.

Segundo a presidente do CFP, Ana Mercês Bock, “o que norteou nosso Planejamento Estratégico foi a necessidade patente de a Psicologia ocupar um espaço social maior, sempre dialogando com as demais profissões, na busca de soluções para os problemas brasileiros”.

Entre na Rede divulgando seus trabalhos!

Psicólogos e estudantes podem divulgar seus trabalhos, projetos e pesquisas no “Entre na Rede!”.

O Entre na Rede é um banco de dados virtual, criado pelo Conselho Federal de Psicologia em parceria com o CRP de São Paulo, com a intenção de divulgar trabalhos desenvolvidos na Psicologia e permitir o contato entre as



peças, com vistas a promover o intercâmbio de experiências. Pelo banco torna-se possível divulgar resumos de pesquisas, concluídas ou em andamento, e de práticas profes-

sionais desenvolvidas por profissionais, pesquisadores, docentes e estudantes de Psicologia, sempre na perspectiva do compromisso social. É objetivo do Entre na Rede destacar propostas socialmente inovadoras e relevantes no âmbito da Psicologia.

Acesse já: www.pol.org.br e Entre na Rede!

Cadastre-se no portal da Psicologia!



O portal da Psicologia - www.pol.org.br - aguarda o seu cadastro. No ícone “Serviços Pol”, está disponível a opção Cadastro. Preenchendo e confirmando suas

informações, o usuário passa a fazer parte do *mailing* virtual do CFP, validando sua relação com o portal da Psicologia. Aos cadastrados do Pol são enviados, periodicamente, boletins

informativos, com as últimas notícias da Psicologia no país. O cadastro é gratuito, rápido e muito fácil. Em caso de dúvidas, o contato dá-se pelo contato@pol.org.br

Psicologia e Trânsito: compromisso social com a mobilidade humana

Autoria:

Ricardo Figueiredo Moretzsohn, psicólogo, ex-presidente do Conselho Federal de Psicologia, membro titular da Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente do Contran - Conselho Nacional de Trânsito

Gislene Maia Macedo, psicóloga, coordenadora da Divisão de Educação para o Trânsito da cidade de Fortaleza/CE, membro titular da Câmara Temática de Educação e Cidadania do Contran

O fenômeno trânsito, no mundo inteiro, atinge proporções alarmantes. Em diversos países, os problemas causados pelo trânsito configuram-se na perspectiva do meio ambiente, impactam na qualidade de vida das pessoas e, não raro, são casos de alarde na saúde pública. Em novembro de 2004, o CFP realizou, em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco do Mato Grosso do Sul e com o apoio do Departamento Nacional de Trânsito, o VI Congresso Brasileiro de Psicologia do Trânsito, ampliando o debate da Psicologia do Trânsito brasileira, para além da Avaliação Psicológica para candidatos à Carteira Nacional de Habilitação. Hoje é preciso que a Psicologia assuma o seu lugar na multiplicidade e na complexidade do fenômeno trânsito em seus aspectos interdisciplinares, para que possa desenvolver outras formas de atuação.

As Resoluções do Conselho Federal de Psicologia assumem, então, lugar importante na prática do psicólogo de trânsito. Especificamente, a Resolução CFP nº 002/2003 definiu os padrões técnicos para avaliação dos testes psicológicos em condições de uso no Brasil e mudou a feição da Avaliação Psicológica em território

nacional. Maior avanço que este, no entanto, é considerarmos que a Psicologia, hoje, deixa de ser vista apenas como operadora da Avaliação Psicológica para habilitação de condutores de veículos automotores, passando a compreender também a análise dos planejamentos urbanos, da cidadania, da educação de um povo. São discussões profundas, ainda não enraizadas, para as quais precisamos construir e aperfeiçoar fundamentos teóricos, metodológicos e científicos. A pesqui-

sa precisa ser estimulada, a formação, mais bem cuidada. A construção das intervenções só será possível se houver essa unidade entre ciência e profissão. Quando pensamos na relação entre Psicologia e mobilidade humana, devemos pensar na busca da qualificação da intervenção das práticas psicológicas em resposta às reais necessidades da sociedade brasileira que se utiliza dos nossos serviços.

Conquistar a credibilidade e a respeitabilidade social deverá ser consequência de uma intervenção pautada em lastros éticos, de uma Psicologia comprometida social e politicamente, com respeito absoluto aos Direitos Humanos. Dentro do tema, a maior luta da Psicologia no presente momento é a de denunciar a falta de uma política pública de mobilidade humana, que possibilite uma circulação em todos os movimentos possíveis, de acordo com o investimento de cada um, a partir do seu ponto de inserção na rede social plural, essa rede que é formada de indivíduos imersos no coletivo; dos conflitos entre público e privado; da tensão existente entre as subjetividades; do desafio que é o convívio social, pela necessidade do respeito à diferença e à diversidade. A mobilidade humana nos atrai como expressão das inúmeras respostas dadas pelos sujeitos, em relação às suas possibilidades de deslocamento e acessibilidade entre

os diversos estratos. Diz respeito ao traçado das subjetividades nas cidades. São traçados que obedecem a lógicas diversas, singulares, marcadas pelos contextos sócio-históricos. O grande desafio é conjugar essas diversas lógicas no espaço da ordem pública e social. Por razões diversas, nem todas as pessoas conseguem se mover e ter acesso aos seus direitos e às políticas públicas. Isso tem a ver com a estratificação social decorrente da ordem constituída. A ordem pressupõe estra-

tos, ou seja, lugares diversos instituídos, que são ocupados pelos cidadãos.

Uma ordem é boa, se não houver diferenças que demarquem desigualdades de oportunidades e acessibilidade na circulação por esses vários estratos ou lugares. Por outro lado, ela é desigual quando estabelece valores diferenciados para os diversos lugares. Uma ordem social democrática e plural, com qualidade de vida para todos, é aquela que possibilita acesso aos bens e serviços, independentemente dos lugares ou estratos sociais; que possibilita a mobilidade pelos diversos lugares instituídos, que considera todos os lugares valorizados e com conexões entre eles. E é aqui que se abre um lugar para a Psicologia, como invenção e como intervenção na construção de políticas públicas para a mobilidade humana. Ao considerarmos o campo da mobilidade humana contendo os efeitos das relações sociais e que essas são constituídas e atravessadas pelos modos de subjetivação, em suas expressões singulares, a Psicologia pode tecer a sua intervenção, operando como mediadora dos processos de construção da cidadania, desvelando o véu encobridor das falácias técnicas que não consideram as subjetividades na construção das políticas públicas e denunciando toda e qualquer forma de segregação social. As discussões atuais sinalizam a urgente necessidade de a Psicologia responder à problemática gerada pelo fenômeno trânsito, enquanto fenômeno do ir e vir, inserido historicamente na interface entre o público e o privado, entre o individual e o coletivo. Tal perspectiva implica enxergar-se o psicólogo como um profissional comprometido com o estudo das cidades, seu planejamento urbano, com a saúde pública, com o convívio humano, com a diversidade, com a pluralidade, com as diferenças, com a mobilidade humana. Requer queremos acreditar num outro mundo possível, onde, talvez, se possa repetir Oscar Niemeyer: "A vida pode mudar a arquitetura. No dia em que o mundo for mais justo, ela será mais simples".

“Conquistar a credibilidade e a respeitabilidade social deverá ser consequência de uma intervenção pautada em lastros éticos, de uma Psicologia comprometida social e politicamente, com respeito absoluto aos Direitos Humanos”

Quando pensarmos na relação entre Psicologia e mobilidade humana, devemos pensar na busca da qualificação da intervenção das práticas psicológicas em resposta às reais necessidades da sociedade brasileira que se utiliza dos nossos serviços

Contra o Projeto de Lei do Ato Médico: 1 milhão de assinaturas



No fechamento desta edição, a Comissão Nacional contra o PL do Ato Médico confirmou audiência para o dia 27 de abril, com a senadora Lúcia Vânia, relatora do Projeto. O objetivo da audiência com a senadora era o de se garantirem as audiências públicas necessárias à discussão deste Projeto, antes da sua votação na Comissão onde ele se encontra, a CAS.

A mobilização contra o PL do Ato Médico continua!

A meta da Comissão Nacional contra o PL do Ato Médico, composta pelas 12 categorias da área da saúde, é agora entregar mais 500 mil assinaturas contra o Projeto, no próximo dia 27 de abril, ao presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Com um milhão de assinaturas - as primeiras 500 mil foram entregues pela Coordenação Nacional no último dia 15 de dezembro - a meta é fazer o Parlamento engavetar de vez esse PL, que representa um imenso retrocesso no campo do conhecimento e das práticas em saúde.

O PL do Ato Médico tornou-se polêmico por restringir ao médico a prescrição terapêutica de qualquer ação na área de saúde, subordinando todas as demais profissões à Medicina, determinando que só o médico pode chefiar equipes de saúde, o que desestruturaria o SUS brasileiro. Hoje, qualquer profissional da saúde pode, dentro de sua especialidade, fazer prescrições. A interpretação do Projeto, como apresentado, obrigaria o cidadão a sempre procurar primeiro um médico para, só a seguir, com a aprovação prévia deste, ser encaminhado a um dentista ou a um psicólogo, por exemplo. Para a psicóloga Deyse da Costa Sobral, chefe do Núcleo de Psicologia do Hospital de Base de Brasília, “o PL do Ato Médico é uma monopolização, que levaria a uma burocratização das

rotinas, e os usuários dos SUS teriam seu direito de escolha extinto, já que o médico seria o responsável pela avaliação de suas necessidades, limitando o acesso dos usuários”. Deyse Sobral questiona como e quais seriam os critérios, adotados pelos médicos, para encaminharem os pacientes aos profissionais qualificados.

seus regionais para uma grande manifestação popular, em Goiânia, base da relatora do projeto, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Os 12 conselhos profissionais, juntos, representam mais de cinco milhões de profissionais. Paulatinamente, a luta vem ganhando a adesão da sociedade civil.

Médicos também estão contra -

A Federação do Ramo da Seguridade Social e o Sindicato dos Médicos, ambos do estado de São Paulo, aprovaram, por unanimidade, a elaboração de um Plano de Lutas para a retirada imediata do Projeto de Lei do Ato Médico do Congresso Nacional, para a sua adequação aos princípios de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade do SUS. Também enquête realizada pelo site do Conselho Regional de Medicina do estado de Minas Gerais mostra que a maioria maciça dos internautas que acessa o site da entidade é contra o PL do Ato Médico.

Para que totalize 1 milhão de assinaturas contra o Projeto de Lei do Ato Médico, a campanha precisa receber os abaixo-assinados, preenchidos, na sede do Conselho Federal de Psicologia, em Brasília, até o dia 24 de abril. (SRTVN 702, Ed. Brasília Rádio Center, sala 4024-A, Asa Norte - DF).

Participe! Esta edição do **Jornal do Federal** encarta formulário de assinaturas pré-pago. É só preencher e postar. Para saber mais, acesse:

www.naoaoatomedico.com.br

“As relações entre os diversos profissionais que prestam serviço na área da saúde, quando horizontalizadas, garantem a qualidade do serviço, pois facilitam e incrementam a interdisciplinaridade. A hierarquia que o Projeto de Lei do Ato Médico impõe vai na direção contrária dessa perspectiva” Ana Bock

Dia Mundial da Saúde - No dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, os conselhos federais de Biologia, Biomedicina, Técnicos em Radiologia, Enfermagem, Educação Física, Farmácia, Fonoaudiologia, Nutrição, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Odontologia, Psicologia e Serviço Social mobilizarão



Retrocesso: Conselho de Comunicação exclui sociedade civil

De forma açodada, em meio a uma pauta de final de ano repleta de matérias a serem votadas em caráter de urgência, foi que os parlamentares votaram, às vésperas do Natal do ano passado, a nova composição do Conselho de Comunicação Social, CCS, órgão consultivo do Congresso Nacional do qual fazia parte o Conselho Federal de Psicologia. “Deputados e senadores referendaram uma composição desequilibrada para os próximos dois anos de trabalho”, afirma a Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, FNDC.

Ex-conselheiro do Conselho de Comunicação Social, na condição de representante da sociedade civil, o psicólogo Ricardo Moretzsohn vê com preocupação o processo de mudança, ocorrido sem qualquer debate entre

Legislativo e sociedade: “Esta composição é fruto da poderosa pressão de empresários do setor sobre lideranças parlamentares ocorrida nos subterrâ-

“É escandaloso que notórios defensores do empresariado da mídia tenham sido indicados para ocupar vagas de representantes da sociedade civil” Ricardo Moretzsohn

neos dos gabinetes. É escandaloso que notórios defensores do empresariado da mídia tenham sido indicados para ocupar vagas de representantes da sociedade civil”, afirma.

Os debates travados no âmbito do Conselho de Comunicação Social, nos dois últimos anos, incluindo-se aí as intervenções da Psicologia, demonstraram sua relevância não somente ao Congresso Nacional, mas a toda a sociedade brasileira, ao darem parâmetro e posicionamento a matérias por vezes tão complexas e controversas, no âmbito da comunicação, como, por exemplo, os temas regionalização da produção cultural, radiodifusão comunitária ou o tema da **concentração da mídia**.

Denunciando o desequilíbrio presente na nova composição do Conselho, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação publicou um manifesto, intitulado Carta Aberta aos Congressistas, disponível no www.fndc.org.br



“Concentração da mídia” é uma das publicações do Conselho de Comunicação Social onde constam intervenções do CFP

A subjetividade em outro mundo possível

Fórum Social Mundial

um outro mundo é possível

Em parceria com os CRP's do Rio Grande do Sul e de São Paulo, o CFP participou da quinta edição do Fórum Social Mundial, que ocorreu no mês de janeiro, em Porto Alegre. Realizando o seminário “O Papel da Subjetividade num Outro Mundo Possível - construindo uma outra saúde mental”, o CFP buscou desenvolver uma reflexão sobre o papel da subjetividade num outro mundo possível. Em vários momentos o seminário levou a plenária a reflexões críticas sobre nossa sociedade desigual e sobre, especificamente, como a Psicologia tem contribuído para a manutenção dos padrões das camadas dominantes, que anulam as possibilidades de manifestação dos ditos diferentes; como a

Psicologia não tem visto, com todo o seu saber, os diferentes: “os outros eus têm sido anulados na nossa sociedade, e nós, enquanto psicólogos, precisamos perceber que muitas das nossas práticas precisam ser superadas, para se poder crer num mundo melhor. Neste momento, precisamos de um mundo melhor”, reafirma a presidente do CFP, Ana Bock.

De acordo com o antropólogo Alfredo Wagner, um dos palestrantes convidados, o seminário do CFP no Fórum superou expectativas inclusive com relação ao quantitativo de público e participação dos presentes.

A psicóloga Cecília Coimbra, outra palestrante, conduziu em suas falas um pensar crítico sobre a forma-

ção do psicólogo, imerso, segundo ela, “numa sociedade que vem naturalizando situações de violência, extermínio, violação de Direitos Humanos e tortura”. Por fim o professor Luís Antônio Baptista conduziu explicações sobre a “importância do território para as práticas em saúde”, apontando dados de pesquisas que vem desenvolvendo com ex-usuários de saúde mental e suas relações com as formas de moradia: “nossos espaços urbanos seguem a lógica capitalista”, diz Luís Baptista. “Nas nossas cidades podemos entender as promessas e os fracassos do capitalismo contemporâneo e sua relação com a nossa subjetividade”.

Esta edição do FSM reuniu, num só lugar, mais de 200 mil pessoas.



Subjetividade e contribuição

*A Dona de casa Margareth dos Santos, que mora em Unaí, dormia em meio à madrugada do dia 2 de fevereiro. De repente, acordou assustada com a gritaria que vinha da rua: “o rio está invadindo as casas, o rio está invadindo as casas!!!”. Só deu tempo de Margareth salvar os três filhos: “pensei que íamos morrer”, conta ela. “Em poucos minutos, a água já estava na altura do peito...” **

Temporal e inundação em Unaí, tsunami devastadora na Ásia, epidemia de AIDS em Moçambique... Tragédias, desastres.

Na história da humanidade, para se fazer referência a eventos destrutivos, tanto no nível individual como no nível coletivo, sempre foram utilizados, quase que como sinônimos, os termos desastres, catástrofes, tragédias.

Do ponto de vista psicossocial, os desastres representam acelerada fonte de estresse para os sujeitos e para a sociedade, já que podem supor uma ameaça para a vida e fonte de destruição das estruturas sociais. Com as inevitáveis conseqüências psicológicas a que estão sujeitas as vítimas, o tema entra em pauta para a Psicologia. A inserção é gradual, tendo início no atendimento aos sobreviventes no pós-desastre.

Nesse contexto, novos campos para a Psicologia, no entanto, estão emergindo: “A dificuldade de analisar as conseqüências está na tendência

de se observarem os desastres inteiramente como devidos a uma relação de causa e efeito”, diz a psicóloga Ângela Coelho, que está coordenando a mesa “Subjetividade, Ecologia e Desastres”, no I Congresso da União Latino-americana de Entidades da Psicologia, a ocorrer em São Paulo, no mês de abril. A mesa contará com a participação de psicólogos que atuam nessa área, no

México e no Chile, onde há maior tradição e avanço no campo.

“Um desastre raramente é um evento isolado”, diz Ângela. “Geralmente ele é o acúmulo de situações anteriores e será o início de conseqüências mais graves.” “Psicologia e Desastres” é tema da Psicologia Ambiental, novo campo que se abre para a ciência. A Psicologia Ambiental busca a “compreensão da relação entre as pessoas e o espaço,

visando proporcionar qualidade de vida e satisfação”, informa a psicóloga Beatriz Fedrizzi, do Rio Grande do Sul. Sob a coordenação dos psicólogos José Pinheiro e Hartmut Günther, um GT, para estudo da área, formou-se durante o X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio

Com as inevitáveis conseqüências psicológicas a que estão sujeitas as vítimas, o tema entra em pauta para a Psicologia. A inserção é gradual, tendo início no atendimento aos sobreviventes no pós-desastre

lade e Desastres: a possível da Psicologia

Científico, que ocorreu no ano passado, em Aracruz - ES. O campo da Psicologia nos Desastres pressupõe que os eventos em si (furacões, terremotos, inundações) não têm por que necessariamente serem desencadeadores de desastres numa comunidade. Está no campo de estudo da ciência que todas as comunidades estão expostas a uma série de ameaças específicas que, se não forem geridas de uma maneira adequada, podem chegar a converter-se em riscos e produzir desastres - um mesmo evento em duas comunidades diferentes pode ocasionar diferentes conseqüências: a notícia de um terremoto que abale Japão e Argélia, por exemplo, pode surpreender porque, embora ambos possam ter a mesma pontuação na escala *Richet*, no Japão pode ocasionar danos mínimos e, na Argélia, pode gerar danos de proporções assombrosas. Em muitas ocasiões, os desastres considerados como "naturais" são um

produto social. Os chamados desastres são eventos que resultam em danos psíquicos e em sofrimento humano.

"A interação dos conceitos de subjetividade, ecologia e desastres pode apontar para uma contribuição possível da área da Psicologia à matéria, superando o isolamento de uma visão exclusivamente individualista"
 Ângela Coelho

Especificamente para a realidade latino-americana, a Psicologia pode trabalhar com elementos que fortaleçam a prevenção e a promoção da saúde, para identificar os fatores que contribuem para as capacidades e as vulnerabilidades de uma comunidade.

"A interação dos conceitos de subjetividade, ecologia e desastres pode apontar para uma contribuição possível da área da Psicologia à matéria, superando o isolamento de uma visão exclusivamente individualista dos desastres e compartilhando idéias voltadas à promoção da saúde, que são básicas para mudanças sociais significativas", diz a psicóloga Ângela Coelho.

O contraditório no caos - Ainda que pareça contraditório, dentro da

anormalidade dos desastres, a Psicologia encontra material de pesquisa não negativo: em termos gerais, os estudos dos grupos na área já nos mostram que a confrontação com as situações limites pode desencadear respostas também não negativas: revelam a importância de outros aspectos da vida e as reais prioridades humanas, além de aumentar, muitas vezes, a coesão grupal, além provocar uma reorientação pró-social, em níveis de tolerância, exemplificando.

Psicólogos no front - Para ajudar na ordenação dos processos no pós-desastre, os psicólogos tornam-se essenciais. No Brasil, participando do Projeto Marcílio Dias, da ONG Médicos sem Fronteiras, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, a psicóloga Andréa Chagas afirma sentir falta de mais psicólogos engajados e declara que a busca por ajuda psicoterápica é demanda livre, em crianças e adultos, nas situações de risco.

O CFP, aliado a outras entidades latino-americanas, lançará, no I Congresso da Ulapsi, o movimento "Psicólogos sem Fronteiras", que deverá dar início a um novo tipo de participação social dos psicólogos na América Latina.

Banalização da Interdição Judiciária em questão

O CFP está propondo, ao Ministério da Saúde, à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a realização de um Seminário Nacional sobre "Banalização da Interdição Judiciária no Brasil".

Com o tema "Uma violência

contra a Democracia e os Direitos Humanos", a proposição do seminário é fruto de manifestação pública realizada em dezembro de 2004, quando o IV Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia manifestou-se acerca da questão, despertando atenção da mídia e da sociedade para o assunto: existem hoje, no Brasil, cerca de 30 mil brasileiros, portado-

res de sofrimento mental, que, para terem direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica de Assistência Social, a LOAS, abrem mão de sua cidadania: deixam de poder votar, assinar documentos e, até para casar, precisam de autorização. "Do jeito que está, a Lei se torna incapacitante", afirma o vice-presidente do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira.



I Congresso da Ulapsi: diálogos por um mundo melhor

No mês de abril acontece o I Congresso Latino-americano da Psicologia, promovido pela Ulapsi - União Latino-americana de Psicologia. Esse evento será realizado em São Paulo, entre os dias 20 a 23 de abril.

O CFP está participando da organização deste primeiro congresso da Ulapsi, que busca contribuir no intercâmbio do conhecimento, das práticas, das publicações e das entidades da Psicologia latino-americana.

Desastres, trabalho, autoritarismo, ditaduras na América Latina,

relação com a terra, Direitos Humanos, formação e pós-graduação serão alguns dos temas debatidos ao longo do I Congresso.

A Ulapsi busca a criação de condições para o desenvolvimento de uma Psicologia latino-americana. A realidade dos países do Terceiro Mundo exige esforços para a construção de conhecimentos e práticas que possam responder de modo adequado às necessidades e urgências da sociedade. A Psicologia precisa estar presente, participando e atuando para a melhoria da sociedade.

O I Congresso deverá ser amplo espaço de diálogo e de lutas, para que a Psicologia possa participar da construção de um mundo melhor, a partir da América Latina.

Ainda em meados do mês de março, o evento já contava com a presença de mais de 3 mil inscritos, dentre brasileiros e estrangeiros, que se dividirão em 150 mesas redondas; 1.400 painéis de comunicação, pesquisa e prática profissional; e várias apresentações de vídeo, além dos esperados "Diálogos Latino-americanos".

Mesas Redondas promovidas pelo CFP:

- 1) A Luta contra os Manicômios no Brasil.
Com Rosemeire da Silva (MG), Mark Nápoli (MG), Ela Wiecko (DF) e Fernanda Nicácio (SP).
- 2) Subjetividades Encarceradas.
Com Fernanda Otoni (MG), Valdirene Daufemback (SC) e Pedro Pacheco (RS).
- 3) Comunicação e Subjetividade.
Com Ricardo Moretzsohn (MG), Pedrinho Guareschi (RS), Rodrigo Lages (RS) e Daniel Herz (RS).

1) Subjetividade, Ecologia e Desastres: a contribuição da Psicologia na América Latina.

Com Angela Coêlho (Brasil), Arturo Marinero (México) e Rodrigo Molina (Chile).

2) Psicologia e Direitos Humanos na América Latina.

Com Marcus Vinícius de Oliveira (Brasil), Joel Vázquez (México) e Álvaro Díaz (Colômbia).

3) Crianças e Jovens nas Ruas da América Latina.

Com Maria de Lourdes Trassi Teixeira

(Brasil), Elvia Taracena (México), Emilio Méndez (Argentina) e Cristóbal Arteaga (Chile).

4) Subjetividade e a Questão da Terra na América Latina.

Com Maria Teresa Castelo Branco (Brasil), Concepción Sánchez (México), Fátima Cruz (Espanha), Irene León (Equador).

5) Estratégias Profissionais de Expansão da Presença Social da Psicologia.
Com Ana Bock (Brasil), Marco Murrueta (México), Carolina Moll (Uruguai) e Manuel Calviño (Cuba).

6) Perspectivas da Organização Política dos Psicólogos no Continente.

Com Marcus Vinícius de Oliveira (Brasil), Raúl Romero (México), Patricia Condemarín (Chile) e Salvador Sandoval (Brasil).

7) Memória do Autoritarismo na América Latina e Consciência Política Atual.

Com Cecília Coimbra (Brasil), Carolina Moll (Uruguai), Soraya Ansara (Brasil) e Dennis Naiff (Brasil), Diana Kordon (Argentina) e Beatriz Brinkmann (Chile).

Diálogos Latino-americanos promovidos pelo CFP

Diálogos Latino-americanos promovidos por outras entidades

A Biblioteca Virtual da Ulapsi como mediadora na Integração da Psicologia latino-americana (BVS); Modelos teóricos e de intervenção na Psicologia Social latino-americana (ABRAPSO); Relações entre Estado e movimentos sociais (SBPP); Corpo feminino nos transtornos alimentares: implicações clínicas (SBPH); A Psicologia no reconhecimento das condições e da identidade de sócio-trabalhador (COMORG); I Encontro Latino-americano de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT); Realidad profesional de los

psicólogos latinoamericanos (CPU); A formação e atuação de psicólogos sociais na América Latina (ABRAPSO); Desigualdades raciais e de gênero - o enfoque da Psicologia (COMORG); Gestão e trabalho: novas perspectivas para a América Latina (CRP 06); Aportes teóricos e metodológicos na consolidação da Psicologia Social Comunitária no continente latino-americano (SBPSC); História da Psicologia na América Latina (COMORG); Perspectiva histórica de la Psicología latinoamericana (AMAPSI);

Formação em Psicologia na América Latina - Paraguai, Colômbia e Peru (AMAPSI); A Psicologia Política na América Latina (SBPP); A formação em Psicologia na América Latina - Chile, Argentina e Brasil (ABEP); Perspectivas de la Psicología Social de la liberación para América Latina (AMAPSI); Psicologia Política da democratização na América Latina (SBPP); Psicologia Social Comunitária e o campo da saúde: intersecções e desafios para a produção de conhecimento e a formação profissional (SBPSC).

Psicóloga refém em rebelião

Archive



“...a ordem do sistema jurídico - com a satisfação das demandas sociais - depende da interlocução não apenas de seus elementos internos, mas também com o que extrapola os limites do estritamente jurídico. O cotidiano, todavia, ainda teima em negar a ética da co-existencialidade e frustrar a realização da cidadania. O presente vive seu futuro impronunciável que se vivifica nos paradoxos” Fernanda Otoni

Refém do sistema. Esta foi a real situação vivida pela psicóloga Luciene Leite Gonçalves, em rebelião ocorrida no Presídio Pascoal Ramos, em Cuiabá, no Mato Grosso.

Única psicóloga para atender a quase 600 apenados, Luciene e mais quatro agentes carcerários ficaram presos como reféns durante toda a rebelião que os internos promoveram, por quase 24 horas. “O sistema prisional brasileiro engatinha”, desabafa a psicóloga. “É falta de estrutura, falta de condições. É a justiça morosa. Tudo culmina em motim e rebelião”.

Embora tenha permanecido em si-

tução de risco, sob inclusive a ameaça de armas de fogo “encostadas na cabeça”, Luciene vê a importância, mesmo na condição adversa, do psicólogo:

“em momento algum os reeducandos se esqueceram do trabalho desenvolvido pela Psicologia ali e da importância desse trabalho. Eu fui respeitada”.

Ao fim da rebelião, os rebelados entregaram ao comitê, nomeado pelo presídio para gerenciamento da crise, uma carta de reivindicações, com solicitações sobre ampliação de horário para banho de sol, melhorias no atendimento médico, melhorias na qualidade das refeições, dentre outras

solicitações. Luciene Leite continua, no estado, trabalhando como psicóloga do Sistema Prisional: “acredito no trabalho que podemos desenvolver no Sistema Prisional, embora precisemos de mais condições para isso. Não dá para trabalhar só no emergencial! A sociedade precisa se dar conta de que aquelas pessoas estão ali, mas que um dia elas irão retornar ao convívio social: não dá para simplesmente nos esquecermos delas, que é o que acontece quando alguém vai preso. É preciso que o Poder Público invista mais no Sistema Prisional brasileiro”, conclui.

Febem: adolescentes encarcerados

Rebeliões na Febem intensificam debates sobre não aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente no país.

Por todo o país a mídia dá conta de rebeliões de adolescentes internos nos centros de reeducação. Contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, fato é que adolescentes internos no Brasil não recebem atendimento sócio-educativo. Em caráter prisional, vivem em unidades superlotadas, sem frequentar escolas e sofrendo violências de toda ordem, de violências psicológicas e violências emocionais a violências físicas.

Manifesto - Sobre a recente rebelião na Febem de São Paulo, o Conselho Regional de Psicologia do estado encaminhou manifesto ao governo, pelo fim da Febem no país.

Os psicólogos querem que a instituição seja substituída por outro modelo, que efetivamente atenda aos princípios do ECA. Segundo trecho do manifesto: “O CRP/SP tem se posicionado em prol dos direitos das crianças e do adolescentes, colocando-se contra a redução da idade penal, em defesa do ECA, na luta por políticas públicas de atenção à infância e à adolescência, bem como por

políticas de atendimento efetivo aos adolescentes em conflito com a lei, que devem ser considerados pessoas em processo de desenvolvimento”.

Numa afronta declarada ao Estatuto da Criança, São Paulo transferiu, após a rebelião na Febem do estado, 240 adolescentes para o Sistema Prisional adulto.

Na fala da psicóloga Ana Luíza de Castro, ex-conselheira do CFP, “hoje a Febem no país tem mesmo caráter prisional, e não caráter educativo. Se políticos e o Poder Público não tomarem as atitudes adequadas, a tendência é piorar”.

Banco Social promove Encontros sobre Políticas Públicas



O Sistema Conselhos promoveu, ao longo do mês de março, em São Paulo, Encontros sobre Políticas Públicas. Com o objetivo de debater e refletir sobre Políticas Públicas, Direitos Humanos e Ética, e apresentar contribuições da Psicologia para essas reflexões, os Encontros trouxeram discussão sobre os projetos implantados do Banco Social de Serviços. A principal finalidade desses Encontros, além de discutir políticas públicas, foi fazer um levantamento do que é preciso melhorar nessa área, a partir de sugestões ou proposições de novas políticas.

O Banco Social de Serviços em Psicologia possui hoje seis projetos implantados em todo o Brasil, sendo:

- Apoio Psicológico ao Trabalhador em Situação de Desemprego
- Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto;

- Acompanhamento aos Usuários do Programa “De volta pra casa”;
- Ética na TV;
- Apoio aos Familiares e Egressos do Sistema Penitenciário; e
- Intervenções dos Psicólogos nos Processos Educacionais.



Esses projetos têm por objetivo renegociar com a sociedade brasileira o espaço e as possibilidades de contribuição profissional da Psicologia às políticas públicas no Brasil, aproveitando competências já acumuladas pela Psicologia. Todos os projetos são desenvolvidos em parceria com Ministérios, estados e municípios e incidem sobre urgências sociais.

Mudanças - a partir do mês de agosto, o Banco Social de Serviços

não atuará mais em projetos sociais, finalizando então suas atividades. A partir das experiências e dos relatórios que

serão feitos ao final de cada projeto, será fundado o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, um centro de referências de consultas sobre as atuações dos psicólogos nas diferentes políticas públicas.

Consultora do Banco Social, a psicóloga Cristiane Barreto acredita que “os projetos implantados pelo Banco causaram movimentos que terão conseqüências positivas no campo das políticas sociais junto à sociedade”.

III Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas

O diálogo entre o psicólogo e o Estado é assunto em pauta no III Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, que irá abrir o IV Congresso Norte-nordeste de Psicologia, no dia 25 de maio, em Salvador, BA, com o tema “Identidade Profissional e Políticas Públicas: o diálogo corporativo com o Estado”. O seminário deve fortalecer a presença da Psicologia nas políticas públicas e promover a discussão sobre o papel dos psicólogos como agentes

transformadores da realidade social.

Segundo a presidente do CFP, Ana Mercês Bock, “hoje a profissão de psicólogo é bem mais do que a lei diz ser necessário. É preciso renegociar com o Estado os limites da nossa profissão”.

A abertura do evento dar-se-á com a conferência “Produção da Identidade Profissional no Diálogo com o Estado”. Na seqüência, depoimentos e debates sobre projetos sociais implan-

tados pelo Banco Social de Serviços em Psicologia. Na programação do seminário estão previstas também mesas redondas para se discutir “O Caráter Estratégico da Informação para a Ação Político-profissional”.

Encerra o III Seminário, ao final do dia, o tema “Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas: avançando na presença social da Psicologia”.

Informações: napg@pol.org.br

Pelo fim da impunidade

A morte da missionária Dorothy Stang, em fevereiro, no Pará, despertou uma polêmica que há muitos anos vem sendo denunciada ao Poder Público: aviolência contra aqueles que lutam por um pedaço de terra.

Acerca da questão, o CFP encaminhou ofício ao secretário de Direitos Humanos da presidência da República, ministro Nilmário Miranda, solicitando medidas rápidas e eficientes para a solução efetiva das raízes dos problemas fundiários

do país, com garantia de proteção à vida das pessoas ameaçadas de morte, a apuração dos crimes e a punição exemplar dos assassinos e de seus mandantes. Na fala do MST, “a paz no campo só virá com a Reforma Agrária e com o fim da impunidade”.



Vem aí o IV Conpsi

O IV Congresso Norte-nordeste de Psicologia, IV Conpsi, será realizado de 25 a 28 de maio, em Salvador, na Bahia, e terá como tema: “Novas Direções no Diálogo com Outros Campos de Saber”.

Nesta edição do evento, os congressistas irão contar com algumas novidades. Além de psicólogos, o evento terá a participação de outros profissionais, como filósofos, sociólogos, biólogos, médicos, pedagogos, administradores, que trarão a análise de como esses campos do saber enxergam a Psicologia.

Outra novidade é a introdução das comunicações orais, que deverão gerar sessões especiais, por temas ou áreas, abrindo espaço para a comunicação verbal de resultados de pesquisas, indo além dos painéis.

Estão previstas para o evento mais de 180 atividades, incluindo mesas redondas, sessões coordenadas, experiências em debate, simpósios, conferências, cursos, comunicações científicas, painéis e as citadas comunicações orais. Também é esperado que a cate-

goria, principalmente do norte-nordeste, compareça em massa ao Conpsi.

O evento - O Congresso, desde a primeira realização, em 1999, mantém três vertentes - científica, profissional e política. Especialmente nesta última vertente, os conselhos devem propor



mesas para discutirem as grandes questões que hoje cercam o exercício da profissão de psicólogo.

Para a coordenadora do evento, Nádia Rocha, “há um reconhecimento cada vez maior da importância de um congresso amplo, que cubra todas as áreas da Psicologia e suas interfaces

mais significativas. Esperamos conseguir, mais uma vez, estar criando condições para que o Conpsi seja um espaço propício a novas parcerias no plano científico, político e profissional.”

O CFP estará em oito mesas no Congresso. A primeira terá como tema “Fronteiras entre os Campos do Saber: os métodos e as técnicas da Psicologia”. Na sequência, “Ética e Sigilo Profissional: entre o público e o privado”. Serão ainda realizadas, ao longo do evento, pelo CFP: “Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos”; “Mídia, Sujeito e Subjetividade”; “Psicologia e Questões da Terra”; “Subjetividade e Povos Amazônicos”; “Mobilidade Humana e Direitos Humanos”; e “Educação Inclusiva”.

O Conpsi acontecerá no Centro de Convenções da Bahia, na avenida Simon Bolívar, s/nº. Outras informações pelos telefones (71) 247-3296 / 245-3881, pelo e-mail: conpsi@dagaz.com.br ou ainda no site www.conpsi.psc.br

Associação Brasileira de Psicoterapia

I Congresso Brasileiro de Psicoterapia

Nos próximos dias 10 e 11 de outubro ocorrerá em Belo Horizonte o I Congresso Brasileiro de Psicoterapia, com o tema “Tendências Atuais em Psicoterapia: convergências e diferenças”. O congresso será um evento conjunto, reunindo psicólogos, psiquiatras e psicoterapeutas de formações diversas, promovido pela Associação Brasileira de Psicoterapia (Abrap) em parceria com o Conselho Federal de Psicologia, com o CRP de São Paulo e em conjunto com o II Encontro Brasileiro de Psicoterapia da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP).

Além de debaterem trabalhos teóricos e clínicos das diferentes abordagens psicoterápicas, pesquisadores brasileiros e internacionais discutirão questões específicas, tais como: as convergências e divergências na Psicoterapia contemporânea; as interfaces da Psicoterapia

com neurociências, Psicogenética, Linguística, Antropologia... Também serão discutidas a formação do psicoterapeuta e a inserção da Psicoterapia na sociedade contemporânea e suas perspectivas. Haverá mesas específicas sobre questões clínicas. O programa e a chamada para inscrições de trabalhos serão divulgados a partir da segunda quinzena de março.

Novo site da Abrap

Acaba de entrar no ar o site da Abrap. Ainda em fase inicial, o www.abrap.org informa sobre o projeto geral da Abrap, sobre o I Congresso de Psicoterapia e traz links de interesse. A partir do segundo semestre de 2005 o site irá fornecer também informações para pacientes e profissionais sobre Psicoterapia. No próximo ano serão agregados serviços diversos aos sócios da Abrap, tais como suporte e apoio a pesquisas, informações *on-line* e abertu-

ra de *e-groups* sobre temas especializados. A Abrap está pedindo aos psicoterapeutas que façam sugestões, por *email*, do que gostariam ainda de encontrar no novo canal de comunicação. Contribuições pelo abrap@uol.com.br

Nova Diretoria da Abrap assume biênio 2005-6

No dia 28 de fevereiro ocorreu a eleição da diretoria da Abrap para o biênio 2005-6. Trata-se de uma administração colegiada, composta por psicólogos, psiquiatras e psicoterapeutas de diversos estados brasileiros, ligados a diferentes abordagens psicoterápicas. Entre os seus três presidentes, 29 diretores e sete conselheiros supervisores, há destacados psicanalistas, psicoterapeutas cognitivos, psicoterapeutas comportamentais, psicodramatistas, psicoterapeutas analíticos (junguianos), psicoterapeutas sistêmicos e psicoterapeutas corporais, dentre outros profissionais.

Educação Inclusiva: diversidade sem preconceitos



Conviver com as diferenças e respeitá-las. A luta pela inclusão de portadores de necessidades especiais no sistema de ensino regular ganha força com a construção da Rede Nacional de Luta pela Educação Inclusiva, disparada em nível nacional, com o apoio do Conselho Federal de Psicologia.

Durante a realização do Fórum Mundial de Educação, em abril de 2004, surgiu a idéia de se unirem forças, de diferentes instituições, grupos e movimentos sociais, em favor da inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais no sistema de ensino regular. No encontro, foi lançada a proposta de que instituições organizassem ações conjuntas, em âmbito nacional, além de discutirem idéias e possibilidades para se alcançarem novos aliados. Nesse contexto, a formação da Rede será um importante instrumento para fortalecer a luta, que não se restringe a patologias, etnias ou classes sociais, além de permitir visibilidade à causa e congregar diversos atores em torno do assunto, fomentando a discussão.

Acerca da questão “educação inclusiva”, tema inclusive da campanha nacional de Direitos Humanos do CFP no ano de 2004, o vice-presidente do Conselho, Marcus Vinícius de Oliveira, destaca que “o benefício, sem dúvida, é para todos: com a educação inclusiva, as crianças ditas normais aprendem a conviver e a respeitar as diferenças. Lidar com a diferença exige esforços e, com isso, as crianças se desenvolvem mais.

E, do outro lado, para as crianças com deficiência, isso pode significar a diferença de viverem no meio social ou serem excluídas, ou seja, a diferença entre a cidadania e a morte civil”.

Dados do Censo Escolar de 2003 (MEC/INEP) registram que a participação do atendimento inclusivo cresceu no Brasil, passando dos 24,7% de 2002 para 28,7% em 2003, um crescimento de 30,6%, em apenas um ano, em relação às matrículas. A participação do atendimento em separado, nas classes especiais e nas escolas especiais, diminuiu, passando de 75,3% para 71,3%. Para o vice-presidente do CFP, no entanto, “ainda existe uma dificuldade prática para se fazer vigorar a Educação Inclusiva no Brasil. Existe até uma aparente simpatia pela causa, mas

não há um verdadeiro empenho. Tem de se batalhar para isso, ter esforço e militância”.

Campanha - Desde 2004, o Conselho Federal de Psicologia desenvolve a campanha nacional “Educação Inclusiva: Direitos Humanos na Escola – por uma escola-mundo onde caibam todos os mundos”, com, dentre outros objetivos, as metas de realizar

mapeamento nacional, em instituições, escolas e serviços, públicos e privados, quanto à existência atual de crianças, adolescentes e adultos até então excluídos por serem considerados ‘deficientes, anormais, inferiores, diferentes’; e favorecer revisões conceituais, no campo da própria Psicologia, a

respeito da Educação Inclusiva.

A capacitação de professores e a estruturação das escolas para atender à diversidade, seja ela cultural, étnica, física, econômica, entre os alunos, também faz parte da luta pela Educação Inclusiva. O preconceito é a maior barreira que os pais de pessoas com deficiência encontram para integrar os filhos ao ensino regular. Jônatas Soares, funcionário público, considera as escolas brasileiras despreparadas para receberem alunos deficientes: “tenho dois filhos com Síndrome de Down. Uma filha com 15 anos e outro, com 10. Hoje eles estão em uma escola de ensino especial. Quando eu tentava integrá-los à escola regular, os professores sugeriam o isolamento. Percebi o grande despreparo das escolas em abrigar um portador de necessidades especiais. O preconceito dos adultos é muito grande”, afirma.

Para participar da Rede Nacional pela Educação Inclusiva, entre em contato pelo 61) 4290100 ou cotec@pol.org.br

“...ainda existe uma dificuldade prática para se fazer vigorar a Educação Inclusiva no Brasil. Existe até uma aparente simpatia pela causa, mas não há um verdadeiro empenho” Marcus Vinícius de Oliveira

14 de abril é Dia Nacional de Luta

No próximo dia 14 de abril, a luta em prol da Educação Inclusiva no Brasil deve ganhar espaço em todas as regiões do país. A iniciativa, da Rede Nacional de Luta, vem ganhando a simpatia de diversas organizações e deve colocar o

tema na ordem do dia.

Para saber onde serão as manifestações no seu estado, procure o conselho regional de Psicologia da sua região. Em breve, a programação nacional estará disponível no www.pol.org.br

Cursos de especialização: veja se o seu é credenciado!

Com a publicação da Resolução CFP nº 07/01, o CFP deu início ao processo de credenciamento de cursos de especialização.

O credenciamento de cursos de especialização pelo CFP dá-se por meio da atuação da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP. Uma vez credenciado, o curso pode fornecer aos formandos um certificado que possibilita o pedido do título de especialista reconhecido pelo Conselho Federal de Psicologia.

Solicite à coordenação do seu curso que busque a ABEP, para efetivar o credenciamento!

Informações pelo (61)) 328-3163 ou pelo credenciamento@abepsi.org.br

Veja as instituições de ensino brasileiras que já possuem cursos reconhecidos pelo CFP:

Pernambuco - PE

- Libertas Comunidade
- CPHD - Centro de Psicologia Hospitalar e Domiciliar do Nordeste

Paraíba - PB

- Epsi - Espaço Psicanalítico

São Paulo - SP

- Instituto Sedes Sapientiae
- Hospital das Clínicas - Faculdade de Medicina da USP
- Cepsic - Centro de Estudos Psico-cirúrgico
- SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo
- Ligare - Centro de Desenvolvimento da Pessoa Humana
- Irmandade da Santa Casa de Misericórdia
- Incor - Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP
- Unisa - Universidade de Santo Amaro
- Centro de Estudos Psicanalíticos Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- Famerp - Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto
- Faculdade de Medicina de Marília
- Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas

- ITC - Instituto de Terapia Cognitiva e Comércio de Livros
- Unicamp / GEPESP - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas

Rio Grande do Sul - RS

- Instituto Contemporâneo de Psicanálise e Transdisciplinaridade
- IEPP - Instituto de Ensino e Pesquisa em Psicoterapia
- Domus - Centro de Terapia de Casal e Família
- Esipp - Estudos Integrados em Psicoterapia Psicanalítica
- UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Amazonas - AM

- Centro Universitário Luterano de Manaus

Rio de Janeiro - RJ

- Delphos - Espaço Psico-Social Sociedade Civil

Santa Catarina - SC

- Instituto Gestalten



A ABEP é parceira do CFP no credenciamento nacional de cursos de especialista

Revista *Psicologia Ciência e Profissão*

Confira no www.pol.org.br a mais recente edição da revista *Psicologia Ciência e Profissão*, de número 24.2.

Na publicação, considerações sobre o parecer psicológico na Justiça da Infância e da Juventude, a construção da identidade profissional docente, a atuação do psicólogo frente aos traba-

lhadores, dentre outros temas.

Publicação trimestral do Sistema Conselhos, a revista *Ciência e Profissão* publica artigos originais referentes à atuação profissional do psicólogo, à pesquisa, ao ensino e à reflexão crítica sobre a produção de conhecimento na área da Psicologia.

Sua contribuição está no campo da formação profissional do psicólogo, socializando o conhecimento psicológico produzido por aqueles que pesquisam e atuam no campo da Psicologia. Desde 2004, a revista tornou-se virtual, disponível para *download* no Pol.

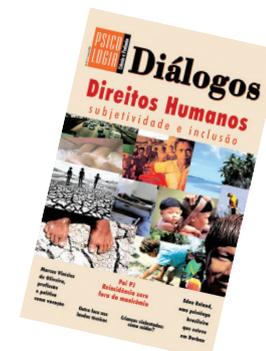


Vem aí a nova *Diálogos*

Está prevista para o final do primeiro trimestre de 2005 a publicação do número 2 da revista *Psicologia: ciência e profissão - Diálogos*. O tema da próxima edição da revista será Direitos Humanos.

A *Diálogos* é uma publicação do Sistema Conselhos, de tiragem semestral, e possui um caráter voltado para as práticas profissionais do psicólogo. De forma temática, visa fazer a interface entre ciência e profissão,

com seções bem diversas, compostas de artigos acadêmicos e relatos de experiência, resenhas, entrevistas e reportagens. Psicólogos de todo o Brasil recebem a publicação.





1º Encontro Latino-americano de Psicologia Organizacional e do Trabalho

(dentro do I Congresso da Ulapsi-São Paulo, SP.)

Data: 20 a 23 de abril de 2005
Organizador pela SBPOT, em parceria com os CRP's 01, 04, 06 e 08
E-mail: napg@pol.org.br

I Congresso Brasileiro de Psicologia do Consumidor: a mídia e os Direitos Humanos

Data: 06 a 08 de abril de 2005
Endereço: Auditório e sala anexa do prédio 11, campus central da PUC
Cidade: Porto Alegre - RS - Brasil
Telefone: (51) 3339-9272
E-mail: dctur.ez@terra.com.br
Link: <http://www.pucrs.br/eventos/consumidor>

VII Congresso Brasileiro de Psicologia Escolar e Educacional

Data: 21 a 24 de abril de 2005
Cidade: Curitiba - PR - Brasil
Telefone: (19) 3243-5266
E-mail: viiconpe@terra.com.br / abrapee@abrapee.psc.br
Link: <http://www.abrapee.psc.br>

Semana com Paul Salkovskis e Conferência de Terapia Cognitiva e Transtornos de Ansiedade

Data: 23 a 28 de maio de 2005
Endereço: Escola Paulista de Medicina em São Paulo
Cidade: São Paulo - SP - Brasil
Telefone: (11) 3284 5337
E-mail: seredela@hotmail.com

III Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas: Identidade Profissional e Políticas Públicas: o diálogo corporativo com o Estado

Data: 25 de maio de 2005
Centro de Convenções da Bahia - Av. Simon Bolivar, s/nº
Cidade: Salvador - BA - Brasil.
E-mail: cotec@pol.org.br
Telefone: (61) 429-0100

II Congresso Internacional de Psicologia e VI Semana de Psicologia da UEM que acontecerá

Data: 14 a 17 de junho de 2005
Endereço: R. Benjamin Constante, 338
Cidade: Maringá - PR - Brasil
Link: <http://www.cipsi.uem.br>

XVIII Congresso Mundial de Gerontologia

Data: 26 a 30 de junho de 2005
Cidade: Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Telefone: (21) 2235-0038
E-mail: sbggrj@sbggrj.org.br

III Jornada Racine de Integração Multiprofissional

Data: 07 a 10 de julho de 2005
Endereço: Auditórios e pavilhões da Expo- center Norte
Cidade: São Paulo - SP - Brasil
Telefone: (11) 3670-3499
E-mail: mxavier@racine.com.br
Link: <http://www.racine.com.br>

Congresso Brasileiro Multidisciplinar em Diabetes

Data: 22 a 24 de julho de 2005
Cidade: Paraíso - SP - Brasil
Telefone: (11) 5572-6179
E-mail: anad@anad.org.br

V Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar

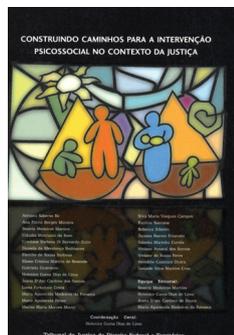
Data: 07 a 10 de outubro de 2005
Endereço: Rua Tutóia, 77 - Jardim Paulista
Cidade: São Paulo - SP - Brasil
Telefone: (17) 3215.8600
E-mail: ascon@asconcongressos.com.br

I Congresso Brasileiro de Psicoterapia

Data: 10 e 11 de outubro de 2005
Cidade: Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: (11) 3255-9062
Link: <http://www.psicoterapia.abrap.org>

Séptimo Congreso Internacional de Psicologia Social de la Liberación

Data: 16 a 19 de novembro de 2005
Endereço: Sede de Guanacaste Universidad de Costa Rica - Rodrigo Facio
Cidade: San Pedro - San José - Costa Rica
E-mail: idobles@cariari.ucr.ac.cr



Construindo caminhos para a intervenção psicossocial no contexto da Justiça

Publicação promovida pelo Tribunal de Justiça do DF. e Territórios, TJDF, abre novas perspectivas para o serviço psicossocial forense. Na obra destacam-se textos sobre as dimensões da subjetividade e as questões que dizem respeito à interação Justiça e Saúde. Seus autores firmam o compromisso ético e político da construção de uma interface entre Justiça, Psicologia e Serviço Social.

Informações: helenice.lima@tjdf.gov.br

Por uma escola do sujeito - o método (con)texto de letramentos múltiplos

A obra propõe uma Escola do Sujeito, compreendida como uma escola plural para as diversidades humanas.

De autoria do professor Ph.D Francisco Silva Jr., o livro contribui para a afirmação de uma Educação verdadeiramente Inclusiva.

Informações: www.cavalcantejunior.com.br



Filiado à Ulapsi

SRTVN 702 Ed. Brasília Rádio Center sala 4024-A
CEP 70.719-900 Fone: (61) 429-0100
e-mail: contato@pol.org.br home page: www.pol.org.br

